

**UNIÃO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DO MÉDIO TOCANTINS/UNEST
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE PARAÍSO DO TOCANTINS/FCJP
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO / CPA**

RELATÓRIO INTEGRAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ANO DE 2017

**PARAÍSO DO TOCANTINS/TO
2017**

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| I - INTRODUÇÃO..... | 2 |
| a. Dados da Instituição..... | 2 |
| b. Composição da CPA..... | 3 |
| c. Planejamento estratégico de autoavaliação..... | 4 |
| II - METODOLOGIA..... | 6 |
| III. DESENVOLVIMENTO..... | 7 |
| IV. ANÁLISE DAS DIMENSÕES..... | 8 |
| EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 8 |
| Dimensão 8: Planejamento e Avaliação..... | 8 |
| EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL | 9 |
| Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional..... | 9 |
| Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição..... | 14 |
| EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS | 14 |
| Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão..... | 14 |
| Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade | 17 |
| Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes..... | 18 |
| EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO | 19 |
| Dimensão 5: Políticas de Pessoal..... | 19 |
| Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição..... | 20 |
| Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira..... | 21 |
| EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA | 21 |
| Dimensão 7: Infraestrutura Física..... | 21 |
| V. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES..... | 24 |
| VI. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE..... | 25 |

I. INTRODUÇÃO

a. Dados da instituição

Dados da Mantenedora:

Mantenedora (1546): União Educacional de Ensino Superior do Médio Tocantins Ltda

CNPJ/MF: 04.952.766/0001-27

Natureza Jurídica: Instituição Privada com Fins Lucrativos

Dados da Mantida/Caracterização da Instituição:

Mantida (2702): Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins – FCJP

Endereço: Avenida Transbrasiliana, n. 2625, Setor Vila Milena, CEP: 77.600-000

Município: Paraíso do Tocantins UF: TO

Telefone/Fax: (63) 3361-1833

Organização Acadêmica: Faculdade

E-mail: direito@unest.edu.br

Diretora: Janaína Mendes de Sousa e Silva

Curso Ofertado/Ato Regulatório: Bacharelado em DIREITO

Reconhecimento de Curso: Portaria SESu/MEC N° 58 de 02/02/2018.

Publicação: 05/02/2018.

Autorização de Curso: Portaria MEC N° 4.544 de 28/12/2005. Publicação: 29/12/2005

A institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA) teve como referência os princípios norteadores da Instituição estabelecidos no Regimento Geral e ocorreu na forma do disposto no artigo 11, da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no artigo 7º, parágrafos 1º e 2º, Diretrizes I e II - MEC, da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004 - MEC.

b. Composição da CPA

A designação dos membros consta de Portaria que define a CPA como o órgão que tem a responsabilidade de coordenar a execução do processo de autoavaliação institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins - FCJP.

1. Representação Discente: Vinicius Maciel Borges

2. Representação Docente: Rômulo de Moraes e Oliveira
3. Representação Técnico-Administrativo: Damares Oliveira Santos Monteiro
4. Representação da Sociedade Civil Organizada: Antônio Carlos Lacerda Cabral
5. Coordenador indicado pelos integrantes da CPA: Damares Oliveira Santos Monteiro
6. Período de mandato da CPA: 9 de junho de 2016 a 9 de junho de 2018.
7. Ato de designação da CPA: Portaria 03/2017 de 01 de abril de 2017.

c. Planejamento estratégico de autoavaliação

Com a edição da Lei no 10.861/2004, o Ministério da Educação estabeleceu novas diretrizes para as Políticas Educacionais, no que tange à avaliação, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), que tem a autoavaliação como componente essencial para subsidiar a avaliação externa das instituições de ensino superior.

Essa mudança resgatou a importância da autoavaliação e estabeleceu as bases para a implantação dessa cultura avaliativa no ambiente acadêmico, com a participação de todos os segmentos que a integram.

Em atendimento à legislação, a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) constituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com as atribuições de condução dos processos de autoavaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA, bem como a Direção da FCJP, entende a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valorizam o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela autoavaliação, com a participação de professores, alunos, pessoal técnico e administrativo e sociedade civil organizada.

A autoavaliação institucional é entendida prioritariamente como um ponto de partida para os ajustes necessários na FCJP. Ela é um instrumento estruturante das possíveis abordagens dos problemas vivenciados no ambiente institucional. Por outro lado, ela sedimentará uma cultura de avaliação diagnóstica, onde são identificados os erros e os acertos com o objetivo de correção e melhoria.

Para a implantação do seu Projeto, a FCJP promoveu debate sobre a prática da autoavaliação contínua, coordenado pela sua CPA, com a finalidade de disseminar entre os docentes, discentes e os funcionários a metodologia adotada e os instrumentos utilizados, seus objetivos e os rumos do desenvolvimento de suas múltiplas atividades e consequências.

A trajetória de autoavaliação da FCJP está sendo construída de modo a ajustar-se a um modelo de resultados concretos que monitore os indicadores institucionais da qualidade dos serviços educacionais que presta a sociedade onde se insere, por meio de um processo participativo, que é construído coletivamente tendo como principal foco o aperfeiçoamento de sua ação educativa.

A FCJP propõe-se, neste sentido, repensar a realidade institucional num processo sistêmico e participativo desencadeado internamente, que permita examinar criticamente suas estruturas, suas atividades de ensino e de extensão, bem como seu modelo de gestão, com vistas a identificar, compreender e equacionar alternativas para seu aperfeiçoamento acadêmico.

Portanto, fiel à sua atribuição de propor diretrizes para autoavaliação da FCJP, a CPA consolidou sua visão de avaliação com a construção do Projeto de Autoavaliação Institucional, também, em cumprimento a Lei 10.861, que instituiu o SINAES; tendo como base as disposições contidas na Portaria MEC 2.051, de 09 de julho de 2004, e as Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e as Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação, editados pela CONAES.

A elaboração do Projeto de Autoavaliação compreendeu a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O calendário contemplou os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários etc.) e o planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, levou em conta as características da IES.

Durante toda a etapa de preparação da autoavaliação, a IES empenhou-se na sensibilização, que buscou o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras e outros meios de interlocução. Porém, a sensibilização tem caráter permanente, foi realizada nos momentos iniciais, na continuidade das ações avaliativas, e continuará a ser valorizada na FCJP, pois sempre haverá novos atores iniciando sua participação no processo, sejam estudantes, sejam membros do corpo docente ou do corpo técnico-administrativo.

Portanto, no desenvolvimento do processo de autoavaliação, a FCJP procura assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Nesta etapa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- (a) realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- (b) sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas destas reuniões;
- (c) realização de seminários internos para: apresentação do SINAES, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;
- (d) construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;
- (e) definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- (f) definição de formato do relatório de autoavaliação;
- (g) implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações;
- (h) elaboração de relatórios;
- (i) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e divulgação das experiências.

O planejamento estratégico de autoavaliação ora apresentado refere-se ao **ano de 2017**, sendo este o **relatório integral**, conforme os ditames estabelecidos na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065.

II. METODOLOGIA

Os instrumentos de avaliação interna foram desenvolvidos a partir da definição das variáveis e dos itens de controles da qualidade associados a cada uma das dez dimensões contidas no art. 3º, da Lei 10.861/04. Esses instrumentos contemplam abordagens quantitativas e qualitativas.

A definição dos instrumentos resultou dos trabalhos dos grupos constituídos por dimensão da avaliação institucional. A princípio, foram selecionados os seguintes instrumentos:

- (a) entrevistas com os dirigentes da IES e porcentagem representativa de professores, técnico-administrativos e discentes, seguindo-se as dez dimensões propostas;
- (b) questionários;
- (c) análise dos relatórios das avaliações externas realizadas pelo INEP/MEC;
- (d) análise dos resultados obtidos pela FCJP;
- (e) análise documental;
- (f) observação.

Foi realizada uma avaliação de contexto, a partir de levantamento de dados e tendências disponíveis na Diretoria, Coordenação de Curso, Secretaria Geral, Ouvidoria, NOPE, Tesouraria e nos demais Órgãos de Apoio.

Inicialmente, se procedeu a coleta dos dados e informações necessárias ao trabalho. Obtidos os dados, estes foram cuidadosamente criticados, a procura de possíveis falhas e imperfeições, a fim de não se incorrer em erros grosseiros, que possam influir sensivelmente nos resultados. Esta crítica interna visa à observação dos elementos originais dos dados da coleta.

O tratamento dos dados e informações consistiu no processamento destes dados obtidos e na sua disposição mediante critérios de classificação manual e/ou eletrônica.

Após a apresentação dos dados calculou-se as medidas típicas convenientes para se proceder à análise dos resultados obtidos, por meio de métodos estatísticos e obter dessa análise os resultados que permitiram concluir e realizar previsões acerca dos itens avaliados. O relato das conclusões, de modo que sejam facilmente entendidas por quem as for usar na tomada de decisões, como todo o trabalho de autoavaliação foi de responsabilidade da CPA.

Os resultados da pesquisa institucional, realizada em 2017, encontram-se na FCJP. Por meio de sondagem, de coleta de dados e de recenseamento de opiniões, foi possível conhecer a realidade institucional, o corpo social, os recursos financeiros disponíveis, a qualidade da infraestrutura e as expectativas da comunidade sobre a FCJP e desta com a comunidade, para rever suas metas, seus objetivos com maior possibilidade de serem alcançados a curto, médio e longo prazo.

III. DESENVOLVIMENTO

A CPA, após uma análise crítica da atual etapa do processo de autoavaliação, desenvolvido de acordo com a proposta inserida no seu PDI, elaborou seu relatório de autoavaliação, como resultado da retomada do projeto de autoavaliação para reflexão e replanejamento das ações. Foi elaborado o relatório final para o ano de 2017, descrevendo as ações planejadas/realizadas, os resultados alcançados, destacando as fragilidades, as potencialidades, bem como um comparativo dos relatórios parciais anteriores e como são incorporados estes resultados no planejamento da gestão acadêmico-administrativa.

IV. ANÁLISE DAS DIMENSÕES

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

A avaliação tem por objetivo iluminar aspectos que permitam um aperfeiçoamento, pois em toda atividade é necessário que haja um *feedback* que permita uma constante melhoria, uma vez que a qualidade exige esta tarefa de constante aprimoramento, formando assim, um ciclo que identifica os erros e os corrige.

A avaliação interna da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins é um processo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre a própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. A CPA sistematiza informações, analisa coletivamente os significados das potencialidades, bem como pontos fracos, e contribui com estratégias de superação de problemas. A CPA realiza ações constantes para verificação da efetividade dos setores acadêmicos e administrativos. Em conjunto com a ouvidoria da instituição, tem dado voz aos discentes, docentes, técnicos administrativos e para a comunidade externa, tornando a avaliação um processo contínuo.

FCJP considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo contínuo, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais (Lei nº 10.861/2004, artigo 3º).

A FCJP buscou promover discussão com a comunidade acadêmica da IES sobre a importância da participação no processo de avaliação institucional. A ideia é buscar maior participação dos diversos segmentos - docente, discente, técnico-administrativo e comunidade - no processo de reflexão coletiva desencadeado pela Avaliação Institucional.

A Instituição, através da CPA, realizou pesquisa junto aos agentes avaliadores sobre qual a percepção que possuem em relação à avaliação institucional e como resultado das diversas opiniões, com sugestões e crítica reformulou os questionários de avaliação 2017.

Os questionários passaram a abordar as dez dimensões avaliativas, o que tornou a avaliação mais extensa e por esse motivo foi disponibilizada no Sistema Acadêmico por um

período mais longo, a fim de atingir um número maior de respondentes, que diariamente acessam o portal.

Com isso, pretende-se ter um retrato mais amplo e fiel da instituição de ensino superior para, a partir disso, tomar possíveis medidas corretivas, dando sempre continuidade ao seu processo de expansão.

A avaliação externa proporciona o aumento permanente da eficácia institucional, da efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Como uma das ações estabelecidas nesta dimensão, a Instituição, por meio da melhoria na divulgação dos resultados, busca promover reflexão, nos diferentes setores, sobre os dados obtidos na avaliação, visando melhorias no desempenho de cada setor e nas atribuições de cada um. Observou-se que havia deficiência na divulgação dos resultados nos anos de 2015 e 2016, pois muitos respondentes não tinham acesso aos resultados. Hoje, por meio do portal acadêmico, por email e por meio de relatórios impressos, conseguimos atingir um maior número de pessoas.

Para o desenvolvimento eficiente de uma organização é preciso que haja esforços contínuos e permanentes para o autoconhecimento. Dessa forma, a compreensão da percepção de todos aqueles que compõem a instituição é um passo primordial para seu crescimento seguro.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

É missão da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins gerar e disseminar conhecimento para a sociedade, elaborando, sistematizando e socializando o conhecimento científico, adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

A Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins apresentou como proposta para o período 2014/2018 ampliar as possibilidades de acesso ao ensino superior, mediante a oferta de cursos de graduação. A presença da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins no município de Paraíso do Tocantins, identificada principalmente com as características regionais, contribui para dinamizar a qualidade de formação dos profissionais que a região necessita.

Por meio de sua inserção regional, a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins, localizada no município de Paraíso do Tocantins, no Estado do Tocantins, contribui com as demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em sua área de abrangência. Dessa forma, a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins oferece benefícios para a população na sua área de influência mediante a realização de sua proposta institucional.

O desenvolvimento institucional se orienta por metas estabelecidas em sua formulação para o período 2014/2018. São as seguintes:

1. *Qualificação da gestão institucional*: nota-se que a Instituição realizou as seguintes ações: a) adotou instrumento eletrônico que tornou mais eficiente a gestão administrativa e acadêmica, com a consequente, modernização e padronização dos processos e procedimentos administrativos; b) gestão adequada dos recursos que propiciaram implementar melhorias estruturais da Instituição, visando à máxima qualidade dos serviços prestados, com eficácia e eficiência; c) a implantação da Sistema SEI e da Biblioteca Virtual que otimizaram o processo de aprendizagem e do funcionamento dos aspectos administrativos; d) estabeleceu critérios de acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e das ações desenvolvidas na Instituição;
2. *Promoção da continuidade da oferta do curso de graduação em funcionamento, na modalidade presencial, e a permanente atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)*: nesse quesito percebeu-se uma maior atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso que promoveu diversas reuniões, não só com os seus membros efetivos, como também com os demais professores, convidando-os a participarem das reuniões, com sugestões importantes para a atualização das ementas e conteúdos das disciplinas, reformulação da matriz curricular do curso e do regulamento que trata do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), demonstrando uma gestão democrática sobre assuntos Institucionais.
3. *Promover a oferta dos cursos de graduação, na modalidade presencial*: quanto à proposta de solicitar a autorização dos cursos de graduação (bacharelado) em Ciências Contábeis e Serviço Social, a Instituição, até o ano de 2017, não protocolizou tais requerimentos.
4. *Desenvolver atividades de ensino e extensão no âmbito dos cursos*: Os projetos e cursos visam promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os

conhecimentos desenvolvidos. A CPA acompanha as atividades de extensão opinando quando necessário, para a melhoria e alcance de seus reflexos junto à sociedade acadêmica externa. Vários projetos de extensão foram desenvolvidos ao longo do ano, dentre esses podemos citar a aula magna, que contou com a presença de muitos acadêmicos.

5. *Promover as políticas de inclusão social:* destaca-se a ótima aceitação, por parte do alunado, dos cursos de nivelamento, que buscam sanar determinadas deficiências que os acadêmicos enfrentam no desenvolvimento acadêmico, bem como o acompanhamento pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) que presta assistência aos acadêmicos com deficiências físicas, o que reforça a política de assistência e acompanhamento estudantil.
6. *Promover as políticas de responsabilidade social:* neste quesito a Instituição se destaca pelos diversos convênios realizados com entidades públicas e privadas da cidade de Paraíso do Tocantins, propiciando benefícios não só à comunidade acadêmica como também aos professores e demais funcionários. Tais convênios foram divulgados no mural da Instituição, dando publicidade às redes conveniadas.
7. *Promover ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural da região onde a IES está inserida:* percebe-se que a temática envolvendo a diversidade e o meio ambiente são abordadas apenas em disciplinas próprias da grade curricular do curso, todavia, carece a Instituição de promover ações que integrem temas envolvendo, especialmente, ao patrimônio cultural e artístico da região.
8. *Promover ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região onde a IES está inserida:* as parcerias que a Instituição se propôs a realizar foram feitas, conforme amplamente divulgado no site institucional.
9. *Desenvolver ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial:* a Instituição deu um importante passo ao criar a Clínica de Direitos Humanos, ainda no ano de 2015, vinculando-o ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), com projetos de orientação ao público em geral, todavia, se mostra ainda necessário promover ações afirmativas de cunho étnico-racial.
10. *Manter corpo docente adequado ao desempenho das atividades de ensino e extensão da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins:* A política de capacitação do corpo docente está implantada por meio de Plano de Capacitação.

Atualmente a instituição promove a capacitação junto ao corpo docente com os seguintes incentivos: auxílio financeiro para participação em eventos; apoio à divulgação e publicação de trabalhos acadêmicos; oferta de cursos de formação e atualização pedagógica nas semanas de planejamento; manutenção e contratação de docentes com pós-graduação *stricto sensu*.

11. *Manter corpo técnico-administrativo adequado ao desempenho das atividades de apoio técnico, administrativo e operacional da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins:* o corpo técnico-administrativo encontra-se adequadamente estruturado nos diversos setores institucionais, porém, nota-se que tais colaboradores estão sentindo necessidade de participarem de um novo ciclo de capacitação profissional.
12. *Desenvolver programas de capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo:* neste quesito a Instituição promove o Planejamento Pedagógico, que serve como um encontro de orientações técnicas, tanto para docentes como também para o corpo técnico-administrativo, sobre as ações e procedimentos a serem adotados no semestre letivo.
13. *Promover as condições adequadas de acesso e permanência do aluno na Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins:* importante destacar que a Instituição promove o processo seletivo com a publicação de edital de inscrição, resultado e matrícula dos aprovados no site institucional. A agenda de eventos são divulgadas institucionalmente no calendário acadêmico. Durante a permanência do aluno na Instituição, destaca-se o NOPE que busca atender o discente diante de dificuldades diversas no processo de desenvolvimento acadêmico, especialmente com orientações psicopedagógicas.
14. *Promover o acompanhamento dos alunos egressos e incentivar a sua participação na vida acadêmica da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins:* quanto aos egressos a Instituição, por meio do NOPE, busca colher informações sobre a vida profissional do egresso, buscando conhecer a condição profissional em que se encontra e em que ponto o conhecimento e a vida acadêmica na FCJP vem contribuindo ao seu desenvolvimento profissional, dentre outros pontos abordados.
15. *Proporcionar, à comunidade acadêmica, infraestrutura física e acadêmica adequada às finalidades dos cursos oferecidos pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins, atendendo aos padrões de qualidade fixados pelo Ministério*

da Educação: com a mudança de prédio, atualmente a Instituição possui novas salas de aula, suficiente para todas as turmas do curso, bem como nova estruturação do NPJ, além de sala dos professores com computador, impressora, geladeira, televisão, mesa de reunião e climatização. Laboratório de informática com novos computadores, suficientes para a demanda dos alunos. A biblioteca possui uma estrutura com espaço de estudo privativo e computadores que auxiliam a pesquisa do alunado, além de aquisição de novas bibliografias conforme a demanda acadêmica atual. Destaca-se o cuidado dispensado pela Instituição em relação a acessibilidade, com vagas privativas no estacionamento, rampas, piso tátil, elevador de acesso ao piso superior e placas de acesso para deficiente visual em cada porta das salas das Instituição.

16. *Assegurar que a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins disponha de equipamentos de informática, e de recursos audiovisuais e multimídia, necessários ao seu bom funcionamento:* a Instituição, no ano de 2017, apresentou grande melhora em relação à disponibilidade de aparelhos audiovisuais e multimídia, em número suficiente para o atendimento das necessidades apresentadas.
17. *Promover a aquisição, expansão e atualização periódica do acervo bibliográfico atendendo à demanda dos cursos:* a Instituição atualizou ainda em 2017, as bibliografias constantes no PPC conforme a demanda exigida e continua oferecendo o suporte bibliográfico através da plataforma Minha Biblioteca, que oferece uma infinidade de obras atualizadas à disposição de todos os acadêmicos.
18. *Promover a autoavaliação institucional:* a cada ano a Instituição promove sua autoavaliação, abrangendo todos os agentes institucionais, por meio de formulário eletrônico com a geração automática dos resultados em forma de gráficos, cujos dados subsidiam a análise avaliativa do relatório anual realizado pela CPA.
19. *Manter o equilíbrio do fluxo financeiro, permitindo a expansão e o crescimento da qualidade de serviços prestados à comunidade:* A Faculdades de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins tem nas mensalidades escolares a sua fonte de receita. O processo de elaboração da proposta orçamentária fica sob os cuidados da direção, iniciando-se na coleta de dados junto à contabilidade e outras fontes institucionais e conclui-se mediante a aprovação da entidade mantenedora. Além dos custos de pessoal, encargos materiais, administração e outros referentes ao ensino, são destacados as despesas com extensão.

Diante do que foi analisado, comparando os relatórios parciais (2015 e 2016) e o atual, por meio da documentação verificada e entrevistas realizadas, foi possível avaliar que o eixo referente ao Plano de Desenvolvimento Institucional está atendido, visto o cumprimento dos objetivos ali traçados. Conforme observado, o PDI sugere ações pautadas no estímulo à expansão do ensino, na melhoria dos indicadores educacionais, na modernização e informatização dos segmentos da Instituição, na reformulação dos projetos curriculares dos cursos de graduação, desenvolvimento de ações voltadas para a articulação entre ensino e extensão.

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

A Instituição está localizada no Médio Tocantins e recebe alunos de 14 municípios vizinhos. Para muitos alunos é a oportunidade de graduar-se, tendo em vista a distância da capital tocantinense e dos custos onerosos para o transporte. A inter-relação da instituição com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos como também capacitando profissionais para atender as necessidades das empresas, órgãos públicos e formando profissionais éticos e com responsabilidade social.

Nesse quesito, a Instituição buscou realizar ampla divulgação do Núcleo de Prática Jurídica, como sendo um departamento institucional de grande potencial para a transformação da realidade social local, uma vez que busca atender pessoas carentes através do estágio dos alunos do curso de Direito, ou seja, busca aliar a o ensino prático do Direito com o atendimento gratuito de assistência jurídica.

No ano de 2017 houve um aumento considerável das demandas de atendimentos no Núcleo de Prática Jurídica - NPJ. A cada dia aumenta a procura por atendimento, bem como o número de proposituras de ações; ações judiciais ajuizadas vêm sendo deferidas; mediações realizadas com sucesso.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

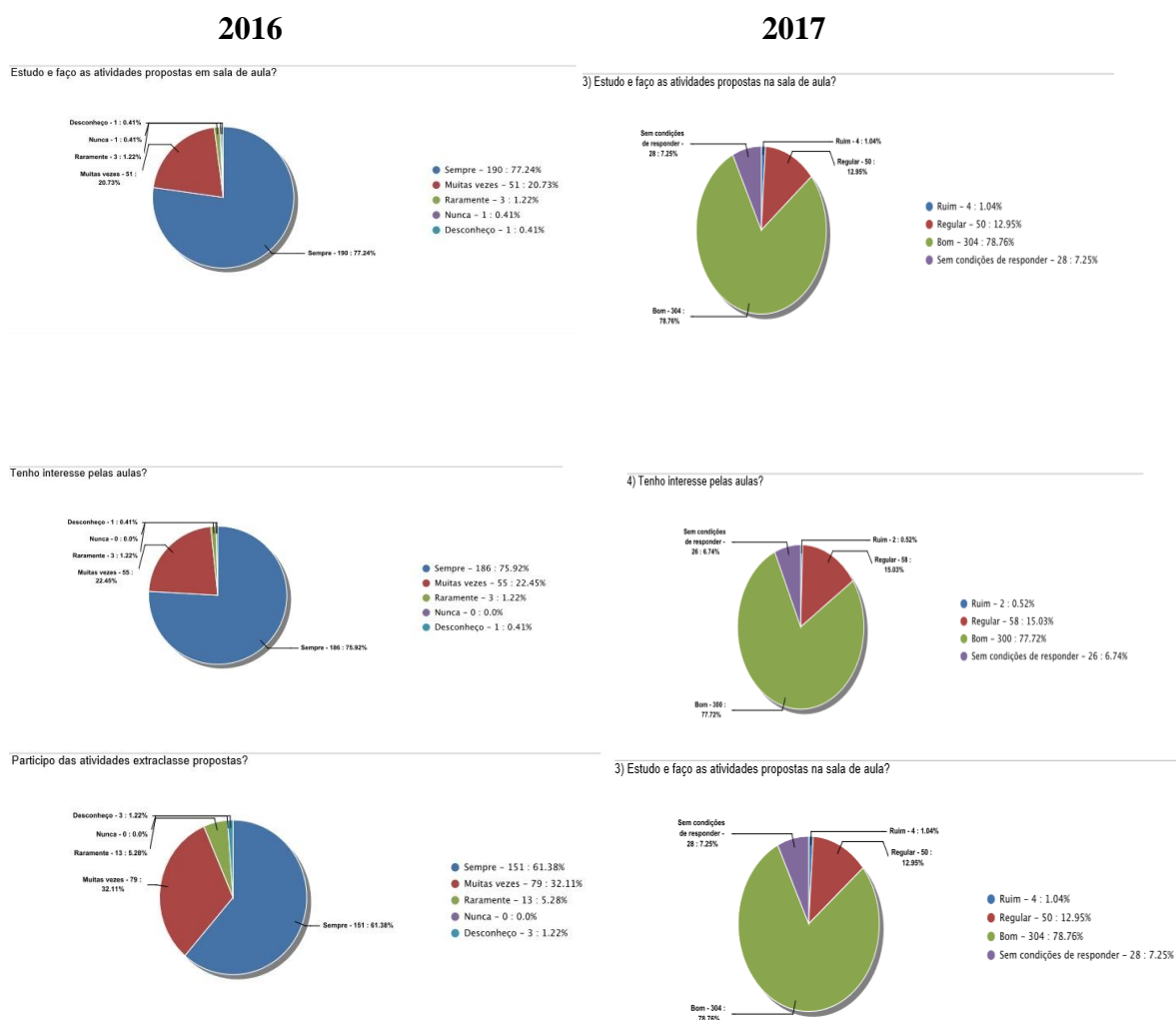
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

A Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) acredita no princípio de que a educação é fator estratégico no processo de desenvolvimento da sociedade. O ensino de graduação representa uma referência institucional indispensável ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As políticas para o ensino têm como pressuposto a formação profissional para atender ao desenvolvimento do mercado, gerando condições para que os alunos superem as exigências da empregabilidade e atuem de acordo com os valores da ética e com os princípios da cidadania.

Na autoavaliação 2017 desenvolvida pela CPA/FCJP, na dimensão em foco, o discente teve oportunidade de avaliar o ensino ofertado pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins. Veremos abaixo um comparativo, representado por meio de gráficos, sobre a perspectiva do discente quanto às políticas de ensino em 2016 e 2017.

Autoavaliação do Aluno



Da análise gráfica apresentada acima, percebe-se que a Instituição vem caminhando a passos largos para atingir o objetivo de fomentar, em trabalho conjunto com o corpo docente, o incentivo a novas técnicas e práticas metodológicas que transmitam aos discentes uma percepção maior sobre a importância de se aprimorar os estudos para uma melhor formação profissional.

Como ações programadas e realizadas, destacam-se: a apresentação dos planos de ensino em sala de aula, bem como sua disponibilização no sistema acadêmico; inclusão dos alunos matriculados em projetos de extensão.

No âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, destacam-se as atividades práticas de realização de audiências simuladas no escritório modelo, sendo uma oportunidade de participação acadêmica em atividades da prática profissional, ao vivenciar todas as circunstâncias ocorridas em uma audiência.

Outro ponto bastante positivo foi o empenho dos docentes na produção de artigos científicos, que foi bem expressiva no ano de 2016 e continuou em 2017. A Instituição motivou os docentes a produzirem artigos científicos para revistas especializadas, inclusive com a disponibilização de valores contributivos com eventos de publicação em 2017. Insta salientar, que tivemos participação de discentes nas publicações de artigos, recebendo até mesmo, premiação pela excelente produção.

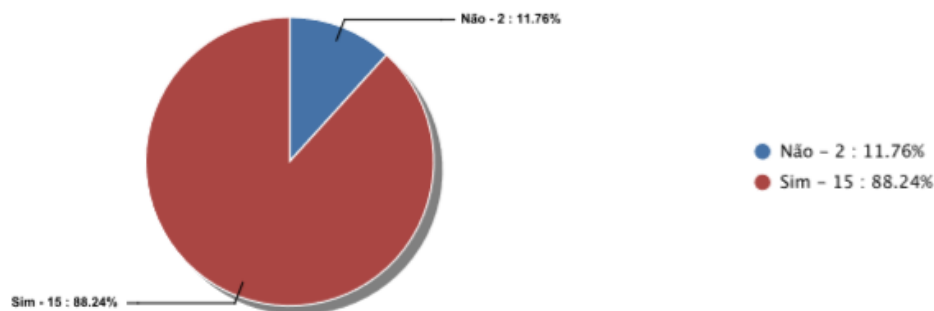
A extensão da Instituição se orienta com base nos seguintes objetivos, conforme dispõe o PDI (2014-2018):

- 1. Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais;*
- 2. Priorizar as práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais relacionadas com a área jurídica;*
- 3. Enfatizar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação;*
- 4. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão como um dos parâmetros de avaliação da própria Instituição;*
- 5. Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, apoiando a produção acadêmica.*

No quesito extensão, a Instituição vem se destacando a cada ano. Há promoção de palestras, eventos de outras IES também são divulgados.

Avaliação realizada pelos docentes em 2017

1) Você desenvolveu e/ou participou de projeto(s) de extensão na UNEST, nos últimos três anos?



O número de projetos de extensão é crescente, dado que os docentes se mostraram empenhados em realizar atividades extraclasse com seus alunos, sendo que diversos projetos tiveram reflexos diretos junto à sociedade.

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

A Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins desenvolve por meio da extensão eficiente, contato com a sociedade. Existem projetos que envolvem entidades privadas e setor público. Convênios são celebrados cotidianamente. O Núcleo de Prática Jurídica atende a comunidade carente e possibilita aos alunos o contato com as questões sociais. Palestras são realizadas pelos alunos, com acompanhamento e orientação dos professores, junto aos diversos setores da sociedade. Existem projetos que promovem a doação de alimentos para entidades beneficentes. A instituição recebe com frequência representantes de órgãos públicos, que veem no meio acadêmico a oportunidade eficaz de divulgação de projetos e políticas públicas.

Dentre os meios de comunicação, destacam-se as comunicações realizadas por intermédio de editais, memorandos, e demais documentos oficiais, em mural próprio e de localização estratégica, sendo que todas as comunicações internas, além das publicações, são acompanhadas de avisos em sala de aula sobre o conteúdo divulgado.

Entre os meios de comunicação externa, destacam-se os seguintes dispositivos: rádio, outdoor, panfletos e o site da Instituição que teve um aprimoramento no ano de 2017, com funcionalidades que propiciam buscar informações institucionais importantes no próprio site, como por exemplo, informativo sobre a CPA onde também constam as publicações de

relatórios. Ou seja, o site propicia um forte e importante acesso de comunicação tanto para o público interno como o público externo.

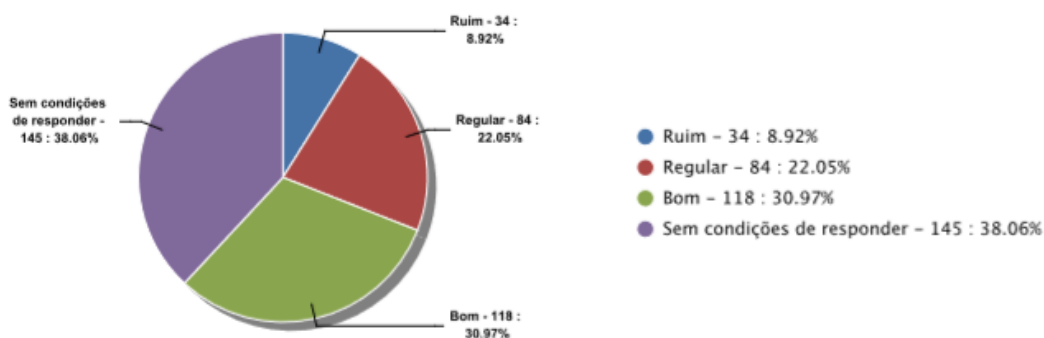
Há que se dizer que a Ouvidoria da FCJP tem sido um canal de ligação entre a Instituição e a comunidade acadêmica. A ouvidoria está implementada e fortalecida, apresenta semestralmente relatório das demandas. É um setor fundamental para as soluções dos problemas enfrentados e representa alternativa para o público interno e externo.

Dimensão 9: Políticas de Atendimento aos Discentes

A assistência aos discentes perfaz um conjunto de obrigações, responsabilidades e ações destinadas a promover condições objetivas para que os alunos regularmente matriculados na FCJP tenham garantia de permanência e diplomação.

A Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins oferece orientação acadêmica, no que diz respeito à vida acadêmica e à aprendizagem através dos professores.

4) Atendimento psicossocial



Destaca-se a orientação ao discente que apresenta problemas psicopedagógicos que afetam a sua aprendizagem através do Núcleo de Apoio Psicológico e Educacional – NOPE. Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, a instituição oferece cursos, sem custo adicional aos alunos, de nivelamento em português.

Há também, o atendimento extraclasse realizado por um docente, uma vez por semana em horário diverso do horário das aulas. Essa orientação está sendo efetiva e é realizada de forma personalizada, onde cada estudante pode, sem prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

Outra forma de estimular a permanência do discente é através do Programa de Monitoria, que propicia ao acadêmico a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente e garantir cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções acadêmicas, sendo também uma forma de incentivo financeiro, pois o Monitor, que é selecionado através de avaliação escrita, receberá uma bolsa de 50% no período da vigência da sua monitoria.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Os Recursos Humanos em uma instituição educacional são a base de sua sustentação. Tanto seu quadro docente quanto o técnico-administrativo são fundamentais para o seu sucesso. O crescimento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins nos últimos anos obrigou a priorizar estratégias e procedimentos quanto à política de pessoal de forma a sustentar a sua expansão, com contratação de mais docentes com pós-graduação *stricto sensu* e criação de um plano de treinamento para o corpo técnico administrativo, esse último precisará ser reiniciado no ano de 2018. Ações como o aprimoramento da política de pessoal, como a aplicação dos planos de carreira docente e técnico administrativo vêm sendo aplicadas.

Como consequência do processo de autoavaliação, foram estabelecidas metas. Dentre estas metas, podemos destacar os seguintes resultados alcançados: realização de encontros pedagógicos; realização de reunião periódica do corpo docente com a coordenação e direção geral; Treinamento de pessoal; aumento do número de docentes nas reuniões do colegiado do curso.

Destaca-se que foi ampliado o número de professores com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Da mesma forma, foi ampliado o número de professores com regime de trabalho em tempo integral e parcial.

No que se refere à formação pedagógica, A FCPJ implantou um Plano de Capacitação docente, com o objetivo de promover e sustentar o padrão de qualidade das funções de ensino, iniciação científica e extensão da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins.

A instituição poderá conceder bolsa de estudo em seus cursos para o corpo técnico administrativo, sempre que possível e por mera liberalidade, sem prejuízo de suas remunerações, observada a jornada de trabalho, e desde que autorizada pela Mantenedora.

Para os professores respondentes, todos os itens referentes ao eixo 4 foram considerados como bom. Para os técnicos administrativos, as questões instalações administrativas, qualidade dos materiais, quantidade dos equipamentos, também recebeu o conceito bom.

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Esta dimensão tem por finalidade verificar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, as relações de poder entre as estruturas e a participação efetiva na construção das políticas da Instituição. Verificou-se que a avaliação da gestão institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) se constitui numa ferramenta de melhoria contínua, na medida em que compreende um balanço crítico, permanente e construtivo da infraestrutura e atividades técnico administrativo que integram e interagem com o universo acadêmico.

A organização administrativa da instituição é de responsabilidade de seus órgãos, os quais se encontram descritos no documento intitulado Regimento Geral da FCJP. A Diretoria é representada pela diretora geral, assessora pedagógica e assessor financeiro, sendo o órgão executivo que superintende, coordena e fiscaliza todas as atividades da Faculdade. Já Coordenação Didático-Pedagógica é constituída pelo Núcleo Docente Estruturante-NDE e pela Coordenação de Curso. Nota-se que há uma comunicação entre estas instâncias na gestão administrativa da FCJP.

Dentre as ações realizadas em conjunto com outras dimensões, a direção da FCJP relataram o incremento do número de projetos de extensão. Articulados com a missão da instituição, registraram também um aumento dos projetos de responsabilidade social, sempre respeitando o perfil da comunidade local e as possíveis vinculações com os projetos pedagógicos dos cursos.

A CPA observou maior integração dos vários setores da instituição, onde buscou melhor comunicação e integração dos dados nos diferentes setores, culminando na melhoria do processo de informatização da Instituição.

Quanto aos egressos, a Instituição preocupou-se em manter o vínculo, havendo contato com os egressos através do NOPE para acompanhamento por meio de questionário avaliativo da situação profissional do egresso.

Por fim, destacamos que o Sistema de Gestão Acadêmica – SEI está implementado, sendo que os recursos que disponibiliza, estão a cada semestre sendo mais utilizado por seus usuários.

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

A proposta orçamentária anual da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins é única e unificada, cabendo à Diretoria a administração dos recursos liberados pela Mantenedora.

Na gestão econômico-financeira da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins são observados alguns princípios e normas, dos quais se destacam: a) o exercício financeiro coincide com o ano civil; b) o orçamento disciplina a previsão da receita e a fixação das despesas que decorrem das obrigações legais assumidas regularmente; c) os eventuais resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins; d) durante o exercício financeiro, podem ser abertos créditos especiais ou extraordinários, desde que os serviços normais o exijam, mediante parecer do Conselho Superior da Administração e aprovação da Mantenedora.

Desde 2014 que há uma política de aprimoramento nas políticas de captação e alocação de recursos, bem como as políticas de aplicação de recursos para programas de ensino, extensão e gestão, especialmente por meio da criação de mecanismos para redução da inadimplência.

A CPA entende como potencialidade, a sustentabilidade financeira da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) por estar baseada na programação orçamentária semestral, todos os projetos e programas previstos no PPI e PDI são considerados na organização do orçamento.

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

A mudança de sede aconteceu no ano de 2016, trazendo plena ampliação do espaço acadêmico, atendendo a modernização e renovação de salas de aula, laboratório, biblioteca e espaço de convivência.

A prática esportiva da instituição acontece em ginásio de esporte cedido especificadamente para a atividade.

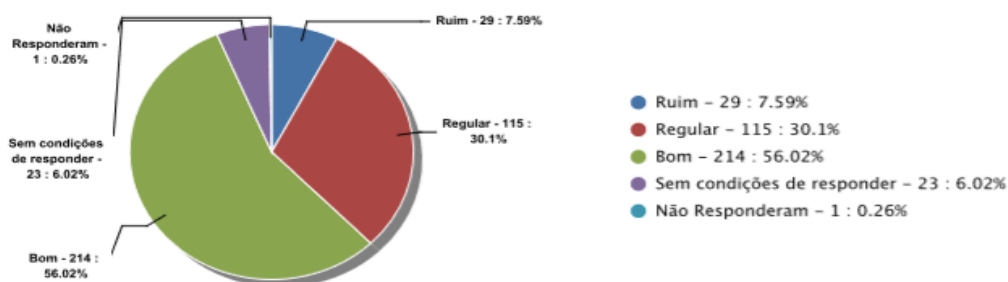
Com o objetivo de avaliar a infraestrutura física e tecnológica existente na FCJP para atendimento do ensino e da extensão, na avaliação constatou-se que a infraestrutura física da Instituição atende o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Suas instalações atendem às normas de segurança, aos requisitos de acessibilidade pelos estudantes, sobretudo os deficientes físicos, configurando-se num espaço de qualidade à prática do ensino. Espaços destinados à administração, coordenação e docentes, são bem dimensionados e ambientalmente saudáveis.

Nesta dimensão, os agentes avaliadores são: discentes, docentes e técnicos administrativo. Abaixo, as representações gráficas da autoavaliação institucional 2017:

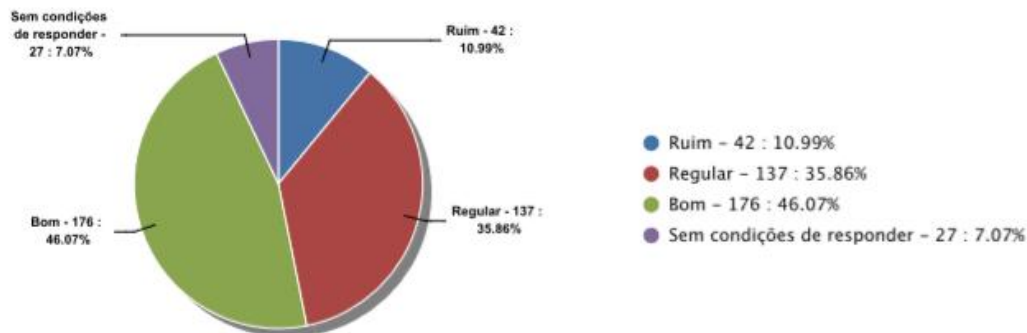
Avaliação da Faculdade pelo Aluno

Em relação às salas de aula, avalie:

3) Tamanho do espaço físico

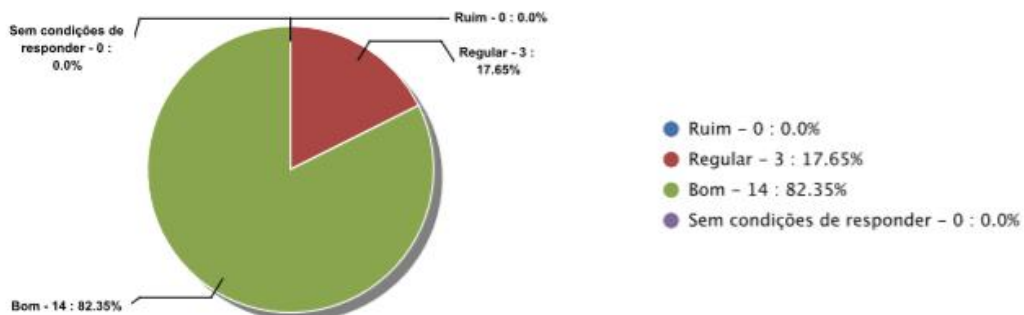


4) Situação dos equipamentos didáticos

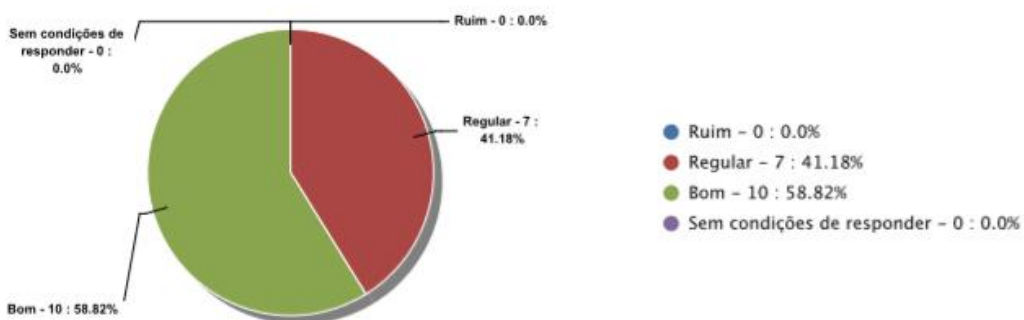


Avaliação da Faculdade pelo Docente

3) Tamanho do espaço físico

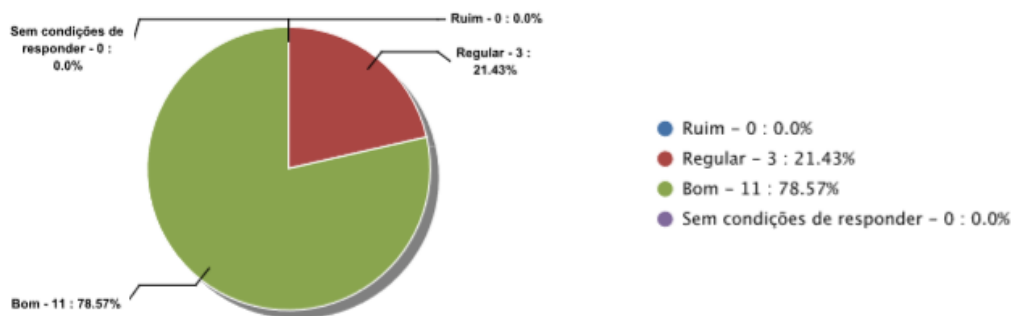


4) Situação dos equipamentos didáticos

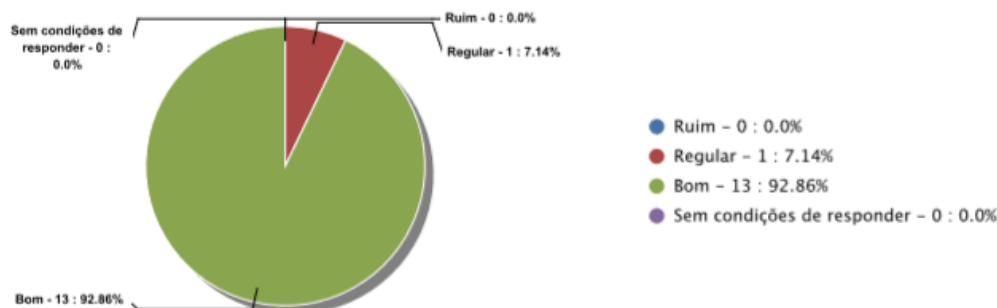


Avaliação da Faculdade pelo Técnico Administrativo

4) Qualidade dos materiais



8) Profissionais qualificados para realizar o trabalho



Quanto à biblioteca, destaca-se, principalmente, a implantação da biblioteca virtual, que proporciona uma amplitude da pesquisa acadêmica e aperfeiçoamento do ensino.

As manutenções nos equipamentos de informática são constantes, evitando assim, que as máquinas fiquem sem funcionamento.

V. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

A consolidação do trabalho de autoavaliação consistiu na elaboração, divulgação e análise dos dados e das informações obtidas para a elaboração deste relatório. Contemplou, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da FCJP.

O presente relatório de autoavaliação referente ao ano de 2017, sendo este de forma integral, expressa o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação. A CPA incorporou resultados da avaliação de Curso e de desempenho de estudantes.

Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, o relatório apresenta sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

A divulgação, como continuidade do processo de autoavaliação, oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para

tanto, são utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa.

Ao final do processo de autoavaliação foi realizada uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permite planejar ações futuras. O balanço crítico permite a revisão e o planejamento das atividades para a continuidade do processo de autoavaliação SINAES.

Deste modo, o processo de avaliação está proporcionando o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES. Espera-se que seja balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

VI. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

A Comissão Própria de Avaliação foi responsável pela sistematização das informações da autoavaliação, e no ano de 2017 destaca-se a primeira avaliação que trabalhou sistematicamente, todos os eixos em seus questionários. Para tanto, utilizou-se o sistema eletrônico SEI para implementar os questionários de avaliação e disponibilizado no perfil eletrônico de todos os agentes avaliativos. O resultado foi eficaz, pois o sistema eletrônico, na medida em que todos os avaliadores marcavam ou escreviam suas respostas, eram geradas automaticamente os gráficos estatísticos. Ainda, a CPA contou com o apoio de setores que mantêm banco de dados e registros permanentes, como a Secretaria e a Ouvidoria. Os membros da CPA contaram, permanentemente, com a participação dos demais setores da IES e da Direção na organização dos trabalhos e na discussão e aprovação deste documento anexado ao e-MEC.

A participação da CPA, inclusive com a significativa presença dos representantes da comunidade acadêmica, foi altamente significativa em todas as fases do processo desde o momento da sua instalação. Relembremos essas fases:

Fase de sensibilização da comunidade acadêmica, que conseguiu o envolvimento da comunidade na elaboração e no desenvolvimento da proposta avaliativa por meio de palestras, reuniões, banner's e publicações. Esta sensibilização também esteve presente, tanto nos momentos iniciais do processo como nas demais fases do processo avaliativo, incluindo nesta, a análise, discussão e interpretação.

Nas fases de desenvolvimento do processo, na coleta e análise das informações e interpretação de resultados e na elaboração deste relatório integral de autoavaliação a participação dos sujeitos (direção, coordenação, professores, alunos e funcionários técnicos administrativos contribuíram muito com os trabalhos). Nesse sentido, a organização dos relatórios parciais de cada dimensão se mostrou eficiente porque abriu espaço para a participação do vários setores da FCJP, como permitiu a análise cuidadosa de dados e documentos, de relatórios setoriais, bem como a elaboração de conclusões e sínteses de forma didática. Tudo isso ofereceu oportunidades, aos participantes, de um aprendizado significativo sobre os procedimentos da avaliação e sobre a própria FCJP.

Com relação à fase da avaliação externa, definida no SINAES e realizada pelas equipes do INEP, é importante ressaltar a disposição da CPA para realizar, de forma coletiva e dialógica, essa fase. Ressaltamos que este Relatório atende às orientações do CONAES, que indica que este deve estar voltado para as análises, interpretações e conclusões.

A CPA está ciente de que a avaliação deve possibilitar a elaboração de propostas para as políticas de desenvolvimento institucional, e oferecer subsídios para o planejamento estratégico e setoriais e para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso colabora com as seguintes tarefas:

- Divulgar os resultados de forma transparente procurando gerar "através da autoconsciência valorativa, a capacidade da FCJP planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social".

- Elaborar balanços críticos que proporcionem autoconhecimento da FCJP e se caracterizem como balizadores da avaliação externa, prevista no SINAES.

- Continuar o processo, incentivando para a avaliação dos planos de gestão e para inclusão e incorporação das recomendações e sugestões nos planejamentos setoriais.

Os resultados das avaliações serão acumulados a fim de fornecer estudos comparativos. Nesse sentido, se compromete a preservar documentos e manter a memória deste processo de avaliação.

Com base nas análises periódicas são apresentadas recomendações, visando à formulação de estratégias pertinentes ao Projeto Pedagógico da Instituição, à melhoria da qualidade do ensino à consolidação de sua missão, das suas finalidades, de seus objetivos e compromissos sociais.

A CPA espera, também, que este relatório contribua com as estratégias utilizadas na análise e interpretação de resultados e na elaboração de indicadores, categorias e conceitos

com o enriquecimento e consolidação das políticas de avaliação institucional propostas pela legislação (SINAES, CONAES, INEP) e com aprofundamentos dos conhecimentos desenvolvidos na literatura especializada.

Os indicadores aqui apontados permitem oferecer uma visão institucional e contribuem para a realização de balanços comparativos. Dessa forma, o MEC de posse de outros indicadores, índices e estatísticas oficiais sobre o ensino superior, na região, no Estado e no País poderá ter uma compreensão orgânica, para gerar suas políticas para o setor, visando cumprir as metas propostas nos diversos planos da educação. Entretanto, a CPA entende que o principal resultado deste processo de autoconhecimento da FCJP, deve voltar-se prioritariamente para o desenvolvimento da cultura de mudança, de atualização contínua e de aperfeiçoamento de estratégias, visando à melhoria da qualidade do ensino, a otimização do desempenho institucional e a efetivação responsável dos compromissos com a sociedade, de acordo com a sua missão, as finalidades e objetivos gerais expostos nos seus documentos oficiais e interiorizados nas suas práticas.

Observou-se acerca dos eixos/dimensões nos anos de 2015, 2016 e 2017:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional – apresentou avanço no desenvolvimento dos trabalhos da CPA, com a comunidade acadêmica participando efetivamente do processo avaliativo e levando um número maior de avaliadores a serem conhecedores dos resultados dessas avaliações. Acredita que as importantes atribuições da CPA foram compreendidas durante todo o ciclo avaliativo. Entendeu-se necessário realizar reuniões com a coordenação de curso e direção para melhorias do processo de autoavaliação, o que resultou na criação de um novo questionário, que teve também a colaboração dos agentes avaliadores para a sua elaboração.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional – a estrutura do sistema de gestão acadêmica do curso ocorreu com instalação de sistema computacional e treinamento de pessoal, tanto da área técnico-administrativa, quanto dos docentes. A CPA acompanhou o período de implementação do sistema de gestão e avalia como satisfatória sua funcionalidade. O que aconteceu positivamente. O NOPE vem mantendo contato com os egressos, porém nota-se que muitos contatos estão desatualizados e para sanar essa fragilidade, o NOPE criou uma *fanpage* onde conseguiu fazer um melhor contato com tais acadêmicos e conseguiu que respondessem há uma pesquisa. O Núcleo de Prática Jurídica ganhou notável amplitude em suas ações, acredita-se que tal fato ocorreu por meio do enriquecimento na forma de divulgação junto a comunidade acadêmica e externa. A Clínica de Direitos Humanos

associada ao Núcleo de Prática Jurídica contribuiu para a implementação de atividades externas, especialmente com palestras de orientação jurídica. As atividades de extensão relacionadas à cultura continuam precisando ganhar melhor expressividade.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas – a semana interdisciplinar acontece com palestra destinada a comunidade acadêmica e externa. É um projeto contínuo que tem recebido atenção especial da CPA. O levantamento de dados realizado pela CPA, por meio do questionário aplicado, demonstra que a apresentação dos planos de ensino foi satisfatória para o ano de 2016, mas ainda precisa melhorar, pois os planos, por vezes, são apresentados tardiamente. Os docentes foram motivados a produção de artigos científicos, continua existindo contribuições financeiras da IES para com a publicação de artigos científicos produzidos pelos docentes. A CPA acompanhou projetos de visitas aos órgãos públicos, podendo afirmar que existiram melhorias na interação da instituição com a comunidade externa, bem como na compreensão do alunado quanto a sua atuação profissional em diversos setores. Através de convênios firmados com entidades públicas e o setor privado, os alunos têm oportunidade de estagiar. O NPJ durante o ano de 2015 e 2016 realizou seminários junto à comunidade externa, proporcionando êxito na divulgação de suas atividades, mas somente em 2017 conseguiu maior amplitude em números de atendimentos e propositura de ações, número esse que só vem crescendo. Conforme informado nos relatórios anteriores, instituição se dispôs a colocar em pauta a execução do projeto de pós-graduação, com vista a melhor acompanhar o desenvolvimento dos egressos, sendo que a CPA ficou de acompanhar tal situação, todavia, é necessário destacar que o pretendido curso ainda não foi implantado. O NOPE desenvolveu atividades para acompanhamento da permanência do alunado na instituição, ação considerada exitosa. A ouvidoria atuou como um canal aberto para as demandas da comunidade acadêmica e externa, os relatórios de emissão deste setor foram analisados pela CPA e demonstram evolução na contribuição para com o processo educacional.

Eixo 4 – Políticas de Gestão – a realização dos encontros pedagógicos com abordagem de nova metodologia, refletiram positivamente no ensino-aprendizagem. O envolvimento dos docentes junto aos órgãos colegiados apresentou melhoras. O corpo técnico administrativo participou de curso com profissional habilitada, mas a quantidade de encontros foi julgada como insatisfatória pelo corpo técnico administrativo. Há melhor integração entre os setores da instituição, conquista alcançada através de reuniões periódicas. Existiu a implantação do sistema de gestão acadêmica SEI, que se mostrou mais

eficiente que o sistema anterior. A destinação de recursos para os programas e atividades de extensão foram considerados suficientes e tivemos uma participação mais efetiva de discentes e docentes na elaboração e participação de tais projetos.

Eixo 5 – Infraestrutura física – a política de manutenção dos equipamentos eletrônicos da instituição foi fortalecido. Já a estrutura física, foi objeto de muitas reclamações durante 2015, elevou seu índice de satisfação, tanto por parte do alunado, como dos professores, técnico-administrativo e pela sociedade civil organizada, pois atualmente se encontra instalada em um novo prédio com instalações adequadas, bem climatizadas e mais iluminadas. Considera-se que esta mudança de prédio reflete uma conquista da CPA em conjunto com a Ouvidoria.

Todavia, dentre todos os pontos levantados sobre a infraestrutura, merece destaque especial em relação ao novo prédio a acessibilidade. Nesse quesito a Instituição empenhou grandes esforços para tornar a FCJP em uma IES acessível às pessoas com necessidades físicas especiais. Em 2016 houve a implementação de vagas de estacionamento para portadores de deficiência e idosos, piso tátil em todos os caminhos internos da Instituição, com banheiros adaptados e portas de todos os setores com acessibilidade para deficientes visuais.

Finalmente, espera-se que este processo de autoavaliação proporcione não só o autoconhecimento institucional, mas também, apresente com responsabilidade, ética e compromisso político, os resultados e indicadores que sejam balizadores da avaliação externa, prevista no SINAES.

Paraíso do Tocantins, 22 de dezembro de 2017.

Comissão Própria de Avaliação – CPA